

# Malan afirma que juros não cairão no curto prazo

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou ontem, em entrevista coletiva dada em Washington após a reunião com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que as taxas de juros brasileiras não deverão ser reduzidas brevemente. Malan ressaltou durante a entrevista que a reforma tributária e o controle de gastos — apoiados pelo FMI — são condição essencial para queda nos juros (ver matérias na página B-2).

O ministro afirmou ainda que deve haver uma tendência inicial de alta das taxas de juros brasileiras, com o objetivo de conter a inflação. "Estou recomendando ao comitê de política monetária a discussão de uma ampliação da banda das taxas de juros, para permitir o uso ativo dos juros. Uma tendência inicial de alta pode ser necessária para baixar a inflação", declarou o ministro em comunicado distribuído após a coletiva de imprensa em Washington.

De acordo com Malan, o País precisa redobrar seus esforços na área fiscal; e alguns parâmetros do programa de ajuda do FMI poderão ser revisados levando em conta a nova taxa de câmbio. O ministro garantiu que não está pedindo adiantamento da segunda parcela do empréstimo aprovado pela instituição — que é esperada para o final de fevereiro —, e excluiu a hipótese de implantação do sistema currency board, que equipararia o real ao dólar. "As políticas monetária e fiscal terão um papel ainda mais crucial para assegurar a estabilidade. A consolidação fiscal continua sendo a prioridade número um", disse. Para atingir este objetivo, Malan alertou que poderão ser adotadas medidas adicionais para lidar com o impacto fiscal da desvalorização da taxa de câmbio.

Malan lembrou o apoio do Congresso e a aprovação na última quarta-feira das novas medidas para compensar o atraso nos ingressos da receita da nova CPMF, que ainda está em tramitação. O ministro da Fazenda disse ainda que o governo está empenhado na aceleração do programa de privatizações nos setores de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento.

Segundo Malan, o Brasil deverá intensificar o diálogo com todas as instituições que estão apoiando o



Pedro Malan

programa de estabilidade fiscal: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional de Compensações (BIS) e os governos que viabilizaram o apoio financeiro bilateral. "As autoridades brasileiras estabelecerão procedimentos novos e mais intensos de consulta contínua com a administração e o staff do Fundo, incluindo-se nessas consultas a proposta de abertura, em futuro próximo, de uma representação permanente do Fundo em Brasília similar à do Banco Mundial, BID e outras organizações internacionais", disse. Ele reiterou que o País não vai impor controle de câmbio, ressaltando que está satisfeito com as discussões com o Fundo — que incluíram o vice-secretário do Tesouro norte-americano, Larry Summers. "Temos sempre dito que não haverá controle cambial", afirmou a repórteres em Washington no final da noite de domingo.

O diretor gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, disse ontem que a conversa realizada durante o final de semana com Malan foi "ampla e construtiva". "A conversa ofereceu uma clarificação útil sobre a postura política das autoridades brasileiras", disse. "O diálogo entre o FMI e as autoridades brasileiras irá prosseguir ativamente nos próximos dias e uma missão do fundo irá visitar Brasília em breve para realizar uma revisão do programa, prevista para final de fevereiro, e estabelecer uma nova estrutura macroeconômica e monetária", informou Camdessus.

(Invest News)